

Verdade e ficção na produção jornalística: entrevista e memória

Fact and fiction in the journalistic production: interview and memory

Agnes Francine de Carvalho Mariano

Agnes Francine de Carvalho Mariano é jornalista, doutora em Ciência da Comunicação pela Universidade de São Paulo e professora do IHAC – UFBA e da Faculdade Social da Bahia.

E-mail: agnesmariano@gmail.com

SUBMETIDO EM: 30/09/2015

ACEITO EM: 30/06/2015

PERSPECTIVAS

RESUMO

O objetivo é analisar a tensão entre verdade e ficção no jornalismo. A entrevista é o procedimento básico de coleta de dados no jornalismo e é, através de declarações e relatos, a principal fonte de elaboração de reportagens e notícias. Acontece que toda entrevista lida com a rememoração oral e a memória é sempre seletiva e imaginativa. Assim, o jornalismo, ao mesmo tempo em que promete mostrar a “verdade”, de forma objetiva, imparcial, transparente, não pode escapar da fecundidade das fontes que utiliza, com esquecimentos, eliminações, recriações e ressignificações. Tentaremos recuperar aqui algumas discussões sobre o papel do jornalismo e dialogar com reflexões de outros campos que enfrentam a mesma tensão. Essas reflexões apontam na direção de um entendimento dos textos como facilitadores da empatia, possibilidades de contato com “experiências” de vida, com mitobiografias. O que transcenderia, portanto, o papel informativo.

PALAVRAS-CHAVE: Entrevista; jornalismo; memória.

ABSTRACT

The goal of this paper is to analyze the tension between fact and fiction in journalism. Interview is a basic data collection procedure used in journalism. There is no question then that statements and oral reports are the main sources for articles and news coverage. Every interview deals with oral recollection and memory is always selective and imaginative. Therefore, while journalism is committed to showing the “truth” in an objective, impartial, transparent way, it cannot escape from the imagination of its sources, with forgetfulness, deletion and redefinitions. We will gather some discussions about the role of the journalism and will open dialogue with reflections from other fields of study. These reflections point towards an understanding of the texts as empathy facilitators and as possibilities of being in touch with life experiences and myth biographies, which would go beyond the informative role.

KEYWORDS: Interview; journalism; memory.

No dia 13 de agosto de 2014, um jato de pequeno porte caiu numa área urbana da cidade de Santos, no litoral paulista. As sete pessoas a bordo morreram. Entre elas estava o político Eduardo Campos, que foi deputado estadual, deputado federal, ministro da Ciência e Tecnologia, governador de Pernambuco e era candidato à Presidência da República. Desde os primeiros instantes, o acidente recebeu grande atenção dos principais veículos de comunicação do país, que enviaram equipes de jornalismo para fazer a cobertura. Começaram a ser veiculadas então imagens do local do acidente e depoimentos de supostos moradores e testemunhas. Um dos relatos mais comoventes foi o do estivador Donizete Machado Júnior, dado ao repórter José Roberto Burnier, da TV Globo, no Jornal Hoje. De macacão e luvas, Donizete nos foi apresentado como alguém que estava ajudando a socorrer as vítimas do acidente aéreo.

- O que que você viu?
- A princípio, um forte... A princípio, estava na minha sala, quando ouvi uma grande explosão, um forte estrondo - inclusive minha janela quebrou -, des-cemos primeiramente para socorrer as pessoas. Foi uma cena lamentável, uma cena muito triste, em ver vários corpos espalhados. Inclusive um dos corpos era, realmente, do candidato Eduardo Campos.
- Você viu?
- Eu cheguei a ver, eu cheguei a abrir o olho dele. O olho dele verde. Eu não acreditei, fiquei estarecido. Um candidato que sempre amei, sempre admirei. Várias pessoas caídas, pessoas desmaiadas.
- Quantos corpos você viu?
- Eu, a princípio, contei cinco corpos. O que mais me chocou foi ver o corpo do meu candidato Eduardo Campos. (choro)
- Sem dúvida, é lamentável. Você chegou a socorrer pessoas que estavam feridas ou você só viu corpos?
- Eu cheguei a socorrer várias pessoas, até do meu prédio. Pessoas que vinham a se machucar no deslocamento do ar, pessoas com traumas, pessoas desmaiadas.
- Até duas crianças totalmente chamuscadas. Começamos a parar os carros, colocar para dentro dos carros para levar lá para a Santa Casa.
- As crianças estavam vivas.
- Estavam vivas, mas estavam queimadas. Porque... um forte cheiro de querosene, muito fogo, muito, muito incêndio. É uma cena lamentável, que eu não desejo para ninguém.
- Você chegou a ver o avião, antes dele cair, não?
- Não. Escutei o barulho dele vindo. Ele veio em diagonal, já veio pegando fogo nas turbinas. Com certeza um, um, um, um, um avião de pequeno porte.
- Você viu ele pegando fogo?
- Eu vi ele vindo, pegando fogo na turbina. Foi quando ele, ele veio em diagonal e veio a colidir com nosso prédio do lado.
- Ele tava virado?
- Não, ele estava vindo em diagonal, direto. Uma cena lamentável. Mas o que mais me deixou estarecido foi ver vários corpos dilacerados, inclusive do meu amado candidato...
- Ok, Donizete, obrigado.

No entanto, no mesmo dia, especialistas que estiveram no local do acidente informaram que os corpos das vítimas foram dilacerados e carbonizados. O reconhecimento só poderia ser feito com exames da arcada dentária e DNA. Portanto, o relato do estivador Donizete não poderia mais ser considerado confiável. Na própria entrevista, ele se contradiz. Primeiro afirma que somente ouviu o barulho do avião. Em seguida, diz que viu o avião no ar e fornece uma descrição rica em detalhes. À noite, no Jornal Nacional, seu depoimento não fez parte da cobertura sobre o acidente. De qualquer forma, como conseguiu dar o seu “testemunho sobre os fatos” no jornal diurno da maior

emissora de televisão do país, Donizete virou tema de piadas, memes, reportagens e artigos arriscando análises psicológicas sobre suas motivações. Ao jornal Folha de São Paulo (Marques, 2014), se justificou: “Eu fantasiei aquilo. Fui pressionado a responder”.

A entrevista do estivador Donizete nos ajuda a refletir sobre algumas inevitáveis tensões relacionadas ao exercício do jornalismo. Por um lado, a missão de “buscar a verdade” ainda está muito relacionada ao modo como o senso comum entende a profissão e também como ela é definida por muitos jornalistas e veículos. Por outro lado, a atividade do jornalismo tem na entrevista a sua forma principal de coleta de dados. Chega-se ao ponto máximo da tensão: toda entrevista lida com as idiossincrasias, seletividade e imaginação da memória oral. Tentaremos explorar elementos que sinalizam para a riqueza dessa tensão.

Jornalismo e entrevista

A entrevista é uma situação de interação verbal por meio de perguntas e respostas, com um objetivo específico. Presente em pesquisas da sociologia, antropologia, psicologia, história, jornalismo, medicina, linguística, geografia e outras áreas, a entrevista pode ser praticada de várias formas e atender a demandas diversas. Para Edgar Morin, é “uma comunicação pessoal tendo em vista um objetivo de informação” (Morin, 1973, p. 115) ou, referindo-se mais especificamente ao campo da comunicação: “entrevista de rádio-cinema-televisão é uma comunicação pessoal com um fim de informação pública ou (e) espetacular” (Morin, 1973, p. 115).

O interesse aqui recai sobre a versão jornalística da entrevista, que é, possivelmente, uma das mais simples e envolve, em geral, muito improviso. Ainda que seja uma técnica profissional, também há muito de intuitivo na entrevista, muita semelhança com uma conversa. Há quem afirme que a entrevista nos veículos de comunicação é uma arte sem regras (Morin, 1973, p. 127). Como explica Leonor Fávero, o par dialógico pergunta-resposta é “elemento crucial na interação, sendo difícil imaginar-se uma conversação sem ele” (Fávero, 2000, p. 84).

Em algumas áreas profissionais, a entrevista pode eventualmente ser utilizada como forma de captação de dados. Em outros casos, no qual o jornalismo está incluído, a presença não é eventual. Não há como exercer a profissão de repórter sem realizar entrevistas: “A entrevista é o procedimento clássico de apuração de informações em jornalismo” (Lage, 2001, p. 73). Opinião similar tem Jorge Pedro Sousa, para quem a entrevista “enquanto técnica de obtenção de informações, é indissociável da atividade jornalística” (Sousa, 2001, p. 235). Para Suely Maciel, as fontes humanas, somadas aos dados documentais e à observação, compõem juntas um tripé que “sustenta o levantamento de informações no jornalismo” (Maciel, 2006, p. 7). Ainda que a afirmação da pesquisadora indique o modo mais confiável de obter informações, esse tripé nem sempre será acionado, pois nem sempre há documentos a serem apurados, tempo disponível ou interesse. Da mesma forma, a observação pode não ser praticada. Frequentemente, repórteres produzem matérias sem sair das redações. O que nos leva a concordar com Lage: a apuração no jornalismo, na maioria dos casos, está centrada na entrevista, seja ao vivo, por telefone ou e-mail.

Em jornalismo, a palavra entrevista é utilizada para designar um gênero oral e um escrito. Também chamado de “entrevista pingue-pongue”, o gênero escrito busca reproduzir com razoável fidelidade as perguntas e respostas do entrevistador e do ent-

revistado – ainda que de forma editada. O que nos interessa aqui é o gênero oral: uma situação de interação verbal por meio de perguntas e respostas com o objetivo de coletar dados para a elaboração de um texto jornalístico.

Em seus primórdios, o jornalismo era opinativo. O papel do jornalista era orientar, interpretar, especialmente fatos políticos e comerciais, para um grupo seletivo de leitores (Lage, 2001, p. 10). O jornalismo dessa fase é chamado de ideológico, “de opinião”, “de partido” (Sousa, 2001). Mudanças econômicas e sociais no mundo redefiniram a função dos jornais e ampliaram a quantidade de leitores. Nessa nova fase, o jornal se constituiu como empresa capitalista, passa a envolver altos custos e precisa “vender muito para se autofinanciar” (Marcondes Filho, 2002, p. 13), além de abrir mais espaço para a publicidade. Essas mudanças levaram a uma reelaboração do próprio jornalismo, pois linguagem e conteúdo deveriam atender a um novo tipo de leitor. Foi nos Estados Unidos que novos procedimentos se consolidaram primeiro e, depois, passaram a ser adotados no mundo todo. “Estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para que se obtivesse a versão mais próxima possível da realidade” (Lage, 2001, p. 18).

E com esse jornalismo centrado nos “fatos” vão se fortalecendo as ideias de objetividade, imparcialidade. O mito da “transparência”, a busca da “verdade”, a crença na “objetividade”, segundo Ciro Marcondes, são também herdeiras do Iluminismo. “A crise das ideologias do século 20, contudo, desmoronou as bases filosóficas desse debate: não havendo mais projetos políticos por que se bater [...] jornalistas ficaram apenas com seu esqueleto instrumental: a busca da transparência em si, como valor único, ‘valor de verdade’” (Marcondes Filho, 2002, p. 111).

Assim, a existência do jornalismo e sua legitimidade aparentemente seriam indissociáveis da veracidade dos fatos. Fazer jornalismo é entendido como produzir um “discurso acreditado como verídico” (Barbosa, 2004, p. 4). O contrário da verdade seria a mentira, o erro, a fraude. Por isso, seria preciso vigiar. Entrevistados mentem, falseiam e omitem dados, por desleixo, conveniência, vaidade, alertam os professores de jornalismo (Lage, 2001). Se a inverdade tem como origem o próprio jornalista, trata-se do não jornalismo. “[...] jamais pensamos que o fato narrado não poderia ter se dado ou que poderia ser uma invenção do seu produtor. O relato jornalístico é revestido da característica de crível antes de qualquer outra presunção” (Barbosa, 2004, p. 4).

No texto jornalístico, as entrevistas exercem um importante papel na construção desse “efeito de verdade”. Como afirma Suely Maciel, “a informação fornecida por pessoas normalmente é apresentada para afiançar a “verdade” dos dados” (Maciel, 2006, p. 9). Ela cita o manual de redação do jornal O Estado de S. Paulo, que recomenda o uso de declarações a cada um ou dois parágrafos, como forma de confirmar a história narrada (Maciel, 2006, p. 15). Além do ato de entrevistar, o uso da citação se tornou indissociável da profissão: “As citações são uma das marcas mais comuns do texto jornalístico” (Sousa, 2006, p. 702-703). Outros procedimentos participam da construção do efeito de verdade, da sugestão de imparcialidade. “A fala testemunhal da fonte, as versões de fontes conflitantes, os modos discursivos de incluí-las e provocar efeitos de real e de impessoalidade narrativa, entre outras estratégias, sinalizaram a emergência de um campo de tensões no interior dos enunciados” (Marocco, 2008, p. 01).

O mito da transparência e a busca da verdade ainda são citados como metas do jor-

nalismo, mas não se pode negar que muitos autores já apontaram as tensões e fragilidades dessa abordagem. Gaye Tuchman, por exemplo, em artigo da década de 1970, analisou a fragilidade da pretensa objetividade dos jornalistas baseada no uso de declarações alheias. “Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os ‘factos’ falar [...]” (Tuchman, 1999, p. 81). Para a autora, as citações são usadas pelo jornalista para conseguir “que outros digam o que ele próprio pensa” (Tuchman, 1999, p. 82). Qual o sentido então de associar a objetividade com procedimentos como pluralidade de pontos de vista, uso de provas e documentos suplementares, citação de opiniões alheias e um determinado modo de organização do texto (começando pelo mais relevante)? Gaye Tuchman definiu a objetividade como um “ritual estratégico”, um conjunto de procedimentos de rotina adotados pelos jornalistas como forma de proteção, para lidar com as pressões dos superiores, os possíveis processos de difamação, os prazos, etc. Citando Michael Schudson, Nelson Traquina (2005) diz que, entre os jornalistas, a ideologia da objetividade está relacionada justamente à perda de fé nos fatos. Assim, a objetividade substituiu a fé nos fatos pela fidelidade a procedimentos.

Partindo do reconhecimento dessas tensões e fragilidades, alguns pesquisadores propuseram outros caminhos. Como um modo de encarar as entrevistas e o jornalismo de uma forma menos objetiva, até porque, como diz Cremilda Medina (1995), a categoria “objetividade” é bastante pobre. Ela propõe, em substituição, o reconhecimento de que fazer jornalismo é lançar-se a uma decifração possível: “Surge então a consciência de que entramos numa especulação ilimitada, um mergulho na Verdade de muitas faces, contradições, em que a atuação do jornalismo é sempre relativa, nunca totalmente objetiva, cientificista” (Medina, 1995, p. 33). Reconhecer que o conhecimento produzido pelo jornalismo é sujeito a erros não é o mesmo que invalidá-lo. É um conhecimento que salva o presente da morte, diz Cremilda que, por isso mesmo, define a profissão como a “arte de tecer o presente”.

A preocupação com a verdade, a objetividade e a imparcialidade, evidentemente, não estão restritas ao jornalismo. Gaye Tuchman (1999) lembra que sociólogos, médicos e advogados estão entre os profissionais que se apropriam do termo objetividade para dar legitimidade ao seu trabalho, conquistar credibilidade e se proteger de críticas. Entre historiadores, alguns discutem a distinção entre imparcialidade e objetividade. “A imparcialidade é deliberada; a objetividade, inconsciente. O historiador não tem o direito de prosseguir uma demonstração, de defender uma causa [...] Deve estabelecer e evidenciar a verdade ou o que ‘julga’ ser a verdade. Mas é-lhe impossível ser objetivo, abstrair das suas concepções” (Génicot, 1980 apud Le Goff, 1990, p. 29). Há aqueles que reconhecem as limitações da ideia de verdade: “História e verdade: nobre e temerária ambição” (Bédarida, 2006, p. 221), assim como a impossibilidade de abandonar essa ambição: “a despeito de tudo a busca da verdade deve ser explicitamente considerada a regra de ouro de todo historiador digno desse nome. [...] Mesmo sabendo que não conseguiremos jamais dominar essa verdade, mas apenas nos aproximar dela” (Ibid., p. 222). Jornalismo e história, no entanto, frequentemente lidam com uma dimensão que parece estar situada além da verdade e da mentira: a memória.

Entrevista e memória

A ideia de que o jornalismo lida com o presente, o atual, a instantaneidade é frequentemente reforçada. Do alemão Otto Groth ao pernambucano Luiz Beltrão, muitos estudiosos citaram a “atualidade” como uma das características fundamentais do jor-

nalismo. Para dar ênfase ao presente, reforçando a sensação de atualidade, os títulos jornalísticos utilizam quase sempre verbos no presente, mesmo quando descrevem fatos que já ocorreram. Entretanto, a não ser em casos de transmissões simultâneas pontuais (TV, rádio ou internet), o jornalismo fala quase sempre do passado, ainda que de um passado recente: “Noticiam-se, de um modo geral, fatos de um passado recente” (Lage, 1979, p. 45).

A relação entre o jornalismo, o passado, a história e a memória não passa despercebida. Fala-se com frequência sobre o poder de fixar o presente em registros que, no futuro, servirão de material para historiadores: “o produto do jornalismo - o jornal, a revista – torna-se fonte de consulta para historiadores, por revelar pistas de acontecimentos ou do cotidiano de uma determinada sociedade em um determinado tempo histórico” (Santos, 2009, p. 22). E também sobre “reportagens de cunho memorialístico, usualmente comemorativas de datas e eventos históricos importantes” (Palacios, 2010, p. 47). Ou até de recursos de memória que passaram cada vez mais a integrar o texto jornalístico, em função da tecnologia digital, que facilitou a incorporação de “comparações, analogias, nostalgia, desconstrução etc., mas igualmente tornou-se praxe uma forma de edição que remete à memória. Textos relacionados passam a ser indexados hipertextualmente (Leia mais; Veja também etc.)” (Palacios, 2010, p. 46).

Outro aspecto na relação entre jornalismo e passado no qual este trabalho dará ênfase é a dependência da entrevista e, portanto, da memória das fontes, e as implicações dessa relação sobre a “busca da verdade” na atividade jornalística. Marli dos Santos afirma que “o jornalismo, para desvendar o presente, precisa do passado: na memória das fontes, na contextualização dos fatos” (Santos, 2009, p. 22). Marialva Barbosa lembra que “é dado ao produtor do discurso o direito de falar de fatos, eventos, ocorrências que não foram registrados em sua presença” (Barbosa, 2004, p. 4). Nilson Lage é mais explícito ao relacionar entrevista e memória, sem deixar de sugerir caminhos para chegar ao “confiável”, o testemunho imediato. “Ele se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa; para guardar fatos na memória de longo prazo, a mente os reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão factual” (Lage, 2001, p. 67).

Para enfrentar as ciladas da memória e a mentira deliberada, alguns recursos comumente sugeridos são a pesquisa em documentos, levantamento de dados e a pluralidade de vozes. No mínimo, a regra das três fontes parece ser um ingrediente fundamental. Trata-se de uma recomendação profissional básica: sempre ouvir ao menos três entrevistados distintos sobre o mesmo fato. A crença, um tanto pueril, é a de que histórias contadas por três pessoas “que não se conhecem nem trocaram informações entre si” (Lage, 2001, p. 67) são confiáveis. O que há em comum nos três relatos poderia ser tomado como fato. O que for relatado por menos de três pessoas seria “versão” ou “interpretação”.

Muitos questionamentos podem ser feitos a partir da constatação da relação entre jornalismo, entrevista e memória. Além de ser questionável que a coincidência de versões seja suficiente para garantir a “realidade do fato”, nem sempre é possível ouvir várias versões. Seja porque não existem essas três versões ou porque não há tempo disponível, como ocorreu com o repórter José Roberto Burnier, que precisava entrar ao vivo no Jornal Hoje para dar notícias sobre um acidente que havia ocorrido no fim da manhã. Ter encontrado uma fonte como Donizete Machado Júnior, que afirmava

ter visto as vítimas do acidente, aparentava ser uma grande sorte. O mais grave, como afirmou Gaye Tuchman, é que ouvir lados distintos não é garantia alguma de que a informação dita seja um fato. Mesmo que a informação venha de uma fonte oficial. “O repórter só pode determinar que o senador afirmou ‘A’. Os jornalistas veem a afirmação ‘X disse A’ como um ‘facto’, mesmo que ‘A’ seja falsa” (Tuchman, 1999, p. 79).

Mas o que é a memória? Foram principalmente historiadores e psicólogos que se debruçaram sobre o tema da memória. Henry Rousso diz que a memória é “a presença do passado” (Rousso, 2006, p. 94). Para Jacques Le Goff, a “memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (Le Goff, 1990, p. 423). Alguns se interessam pelo modo como as memórias individuais são construídas em diálogo com as memórias alheias e com a história erudita, reforçando a coesão grupal. A memória como representação de “um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, ‘coletiva’, como sugeriu Maurice Halbwachs” (Rousso, 2006, p. 94). Outros se preocupam mais com o caráter opressor da memória coletiva.

Um aspecto que tem profunda relação com a tão discutida autenticidade da memória é a sua relação com o presente. Como diz Marialva Barbosa, “a memória é sempre uma ação do presente” (Barbosa, 2004, p. 5). Ou seja, a memória é construída com as palavras e ideias do presente:

[...] um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou ator da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade (Rousso, 2006, p. 98).

Portanto, quando alguém diz a sua versão dos fatos numa entrevista, estará sempre fazendo uma reconstrução do que ocorreu. Uma reconstrução que ocorre no presente, influenciada por crenças, interesses, percepções e conhecimentos do presente. E que envolve imaginação. Na entrevista do estivador Donizete Machado, tudo isso ficou evidente. Processo similar ocorre em todas as entrevistas, de modos distintos, mesmo que não possamos perceber.

Outra característica indissociável da memória é a seletividade da representação do passado. Como diz Marialva Barbosa (2004), a memória é uma ação que envolve escolhas, que tornam lembrança e esquecimento partes de um mesmo processo. Tanto a lembrança quanto o esquecimento podem ser conscientes ou inconscientes e guiados por uma lista infundável de motivos, que incluem “o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura” (Le Goff, 1990, p. 426). Velhice, debilidade física e circunstâncias traumáticas também afetam o que lembramos e esquecemos, pontua Sebe Bom Meihy (2002). Lembrar de tudo é humanamente impossível e esquecer detalhes é necessário à vida social. O que não se confunde com “esquecimentos forçados que podem ser considerados ‘apagamentos’, ou seja, promoção de censuras que obstaculizam o conhecimento de alguma coisa” (Meihy, 2002, p. 67).

Podemos sintetizar um conceito de memória que inclua diversos aspectos. Iremos recorrer aqui à definição de José Carlos Sebe Bom Meihy, que, como pesquisador da

história oral, tem na memória o centro do seu trabalho. “Memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais. As memórias podem ser individuais, sociais ou coletivas” (Meihy, 2002, p. 54).

Toda entrevista lida com a memória, pois busca recuperar lembranças do que ocorreu, seja há pouquíssimo, pouco, razoável ou até muito tempo atrás. Toda entrevista baseada em experiências de vida tem a seu favor a força do testemunho, que, como diz Le Goff, foi a base da história, que “começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, senti’. Este aspecto da história-relato, da história-testemunho, jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica” (Le Goff, 1990, p. 9). A entrevista também tem relação com limitações físicas e cognitivas do entrevistado, suas crenças, interesses e afetos. Lida com a imaginação dos entrevistados e com a sua inserção social, o que envolve classe, etnia, gênero, nacionalidade e outras dimensões identitárias que influenciam o modo como enxergamos o mundo. Daí, chega-se a outros questionamentos acerca da memória e da verdade: é possível confiar na memória, os entrevistados trazem informação fidedigna, é possível contar uma “verdadeira” história a partir de relatos orais?

Além da verdade e da ficção

Há muitas formas de entender os termos verdade e ficção. Numa abordagem convencional, ficção pode ser “ato ou efeito de fingir; simulação [...]. Criação ou invenção de coisas imaginárias” (Ferreira, 2010). Para os filósofos, ficção também pode ser entendida como a “Filosofia do como se”, que se “propõe a demonstrar que todos os conceitos, as categorias, os princípios e as hipóteses das quais se servem o saber comum, as ciências e a filosofia são [...] destituídas de qualquer validade teórica, frequentemente contraditórias, que são aceitas e conservadas enquanto úteis” (Abbagnano, 1982, p. 418). E a verdade? Segundo o dicionário Aurélio, trata-se da “conformidade com o real, exatidão, realidade. [...] Coisa verdadeira ou certa” (Ferreira, 2010). Já para os filósofos, a verdade pode ser “a qualidade pela qual um procedimento cognitivo qualquer torna-se eficaz ou consegue êxito” (Abbagnano, 1982, p. 957). Curiosamente, na perspectiva filosófica, os dois termos são associados à ideia de utilidade ou eficácia.

Talvez essa seja uma boa perspectiva para o jornalismo, que poderia substituir a crença na verdade dos fatos ou a busca da objetividade e da imparcialidade (já amplamente comprovadas como metas inatingíveis) pela ambição da utilidade. Em artigo que discute o jornalismo como forma de conhecimento, Eduardo Meditsch defende a singularidade, a especificidade do conhecimento produzido pelo jornalismo. Ou seja, a sua diferença e originalidade: “o Jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente. E ao revelar diferente, pode mesmo revelar aspectos da realidade que os outros modos de conhecimento não são capazes de revelar” (Meditsch, 2002, p. 11). O jornalismo parte do senso comum e ajuda a construir o senso comum. É o senso comum, essa concepção de realidade compartilhada por todos que nos orienta em nossa vida cotidiana.

A preocupação central do jornalista poderia ser a produção de enunciados verdadeiros, fiéis ao que lhe foi dito e não fiéis à realidade. Procurando “distinguir a verdade que um enunciado pode conter da realidade mesma, a realidade referente que se encontra fora do enunciado. Falar de ‘a verdade’, enquanto substantivo, atributo

coisificado, vai assim perdendo o sentido” (Meditsch, 2002, p. 12). Talvez como fizeram os jornalistas portugueses, que, revisando as normas que definem os padrões apropriados de conduta profissional, substituíram a ideia de objetividade por honestidade e rigor: “o próprio Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, revisto em 1993, já assegura que os jornalistas devem ser rigorosos e honestos, e não objectivos. Rigor e honestidade substituíram, assim, a noção de objectividade que vigorava anteriormente como regra deontológica” (Sousa, 2001, p. 48).

Mas então seria papel do jornalista contar histórias inventadas? Para responder a essa pergunta é preciso dar dois passos. Primeiro, aceitar, como muitos pesquisadores de áreas distintas têm feito, que existem muitas versões possíveis, muitos “enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, cada um coerente com os seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira” (Meditsch, 2002, p. 12). Não apenas os textos jornalísticos, mas todos os documentos e estatísticas são socialmente construídos, a partir de determinada perspectiva e atendendo a interesses. É por isso, por exemplo, que cada vez mais os historiadores escrevem “Uma história do...” ao invés de “A história do...” e já reconhecem que mesmo as fontes documentais não são “menos seletivas ou menos tendenciosas” (Thomson; Frisch; Hamilton, 2006, p. 67) que a memória oral. O segundo passo é reconhecer que todo texto jornalístico é uma narrativa, e que, assim, os textos jornalísticos exercem o mesmo papel que outras formas narrativas.

Ser jornalista é dominar um saber de narração. Um saber e uma prática que estão desde sempre na história da humanidade: “[...] organizamos nossas experiências em histórias que têm tramas, personagens centrais e sequências de ação que trazem lições implícitas e explícitas. [...] as pessoas buscam instintivamente uma lógica narrativa, e todos os seres humanos são em essência contadores de histórias” (Sunwolf, 2005, p. 305-306). As nossas vidas não são histórias, não há uma sequência coerente de acontecimentos, mas precisamos compreendê-las assim para dar sentido a elas. Autores como Bird e Dardenne afirmam que o jornalismo atua como o mito e o folclore, mostrando aos membros de uma cultura quais são os valores compartilhados, definindo o que é o bem e o mal, provocando emoções, delineando “as fronteiras do comportamento aceitável” (Bird; Dardenne, 1999, p. 266). Quando conta sua “estória”, o jornalista “está na verdade a utilizar valores de ‘estórias’ culturalmente embutidos, retirando-os da cultura e rerepresentando-os à cultura e, assim, está próximo do contador folclórico de ‘estórias’ que opera numa ‘matriz comunal’ em relação com o público” (Bird; Dardenne, 1999, p. 274).

“Dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo nenhum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. Os relatos noticiosos, mais uma realidade selectiva do que uma realidade sintética, como acontece na literatura, existem por si só. Eles são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente”. (Tuchman, 1999, p. 262).

A utilidade do jornalismo está precisamente em colocar esse “mundo à nossa frente”, no compartilhamento de percepções e perspectivas sobre o mundo. Para nós, indivíduos imersos na cultura, o que existe sempre são perspectivas sobre o mundo, que guiam as nossas ações. As narrativas “são mais do que construções literárias; elas conferem às pessoas um esquema para perspectivarem o mundo e viverem a sua vida” (Bird; Dardenne, 1999, p. 276). Portanto, afirmar que a notícia é uma “estória”, como fez

Gaye Tuchman, não é menosprezá-la. Ou encarar a notícia de jornal como forma de literatura popular, como fez Robert Park (1923), não é ridicularizá-la. Como afirma Paul Thompson, estatísticas não podem ser tomadas como fatos, assim como notícias de jornais, cartas ou biografias. “Do mesmo modo que o material de entrevistas gravadas, todos eles representam, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a percepção social dos fatos” (Thompson, 2002, p. 145). Chegar a essa percepção influencia as nossas crenças, o modo como encaramos o mundo, fazemos escolhas e lidamos com as outras pessoas.

A tensão entre verdade e ficção, portanto, só existe enquanto o jornalista acredita que existe uma única realidade, uma única versão possível, uma única perspectiva certa e que o seu papel seria esclarecer a todos a respeito dessa perspectiva. Ou que a credibilidade do seu trabalho dependeria inteiramente de localizar e divulgar essa perspectiva, verdadeira, certa, única. A preocupação se desloca inteiramente para o “fato verdadeiro”, negligenciando-se muitas vezes as circunstâncias e os personagens envolvidos. O jornalista troca nomes, palavras, afirmações, entonações, vocabulário do entrevistado. Negligencia o que é mais precioso: o que o seu entrevistado disse. Negligencia aquilo que é a sua única verdade: fulano disse isso, com essas palavras, desse modo, com esses gestos, silêncio, sorriso. A sua única chance de produzir um enunciado rigoroso e honesto.

Questionada por estudantes de jornalismo preocupados com a “verdade dos fatos” durante a elaboração de um livro-reportagem, a pesquisadora e professora Marli dos Santos deu uma resposta bem simples: “Não importa” (Santos, 2009, p. 28). Se é inegável que o texto jornalístico baseado em entrevistas está associado intensamente à memória, talvez resida nessa ligação a sua força, a sua potencialidade de transcender o aspecto informativo e, além da preocupação com a verdade, tocar em dimensões profundas e intensamente humanas.

Se, para a maioria dos jornalistas, as omissões e recriações são típicas “armadilhas da memória” (Vilas Boas, 2002), entre os pesquisadores da história oral, o entendimento da “verdade” dos fatos na entrevista é distinto. O que interessa é a “subjetividade de quem narra” e até a “mentira”, quando localizada, tem suas intenções e merece ser compreendida:

[...] em vista do conteúdo dos depoimentos, o que se diz é que comumente são inexatos, cheios de interferências emocionais e vieses variados. Ao contrário do que se pensa, é exatamente o conjunto dessas alterações que interessa. Ademais, mora na emoção e mesmo na paixão de quem narra a subjetividade que interessa à história oral.

[...] Quando acontece de um colaborador indicar datas, lugares ou números diferentes do conhecido e provável, isso pode significar várias coisas: que a pessoa simplesmente não se lembra com exatidão; que a informação não tem importância para a narrativa; que há um equívoco ou que se opera uma “mentira”. Qualquer dessas opções pode ser importante, dependendo da abordagem analítica do caso. É fundamental lembrar que em história oral não existe mentira no sentido moral do termo. Toda mentira em história oral decorre de intenções, e é isso que merece ser compreendido (Meihy, 2002, p. 47-48).

Em seu artigo “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1985), Walter Benjamin recupera a figura dos narradores anônimos que, com suas histórias contadas oralmente, compartilhavam experiências e sabedoria. A fonte principal dessas narrativas, diz ele, sempre foi a experiência vivida, “sua própria experiência ou a relatada pelos outros” (Benjamin, 1985, p. 201). Mesmo sem assumir explicitamente esse pa-

pel, o narrador é um conselheiro. A narrativa nos traz o saber de outras terras, outros tempos, outras vidas. Para Benjamin, a “verdadeira narrativa” sempre tem certa dimensão utilitária: um ensinamento moral, uma sugestão prática, uma norma de vida. Ele sabia que a palavra “conselho” soa como algo antiquado e explica: “O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria” (Benjamin, 1985, p. 200). A palavra “experiência” é central para entender o que está sendo dito. Benjamin fala em “intercambiar experiências”, “experiências comunicáveis”, “pobreza de experiências”. Portanto, o contato com relatos narrados oralmente e depois reelaborados num texto jornalístico pode ter a ver, em alguma medida, com essas dimensões: nos trazer “o saber de outras vidas”, “sabedoria”, “experiências”.

Ao explicar a função do seu trabalho, João Moreira Salles afirma que o papel do documentarista é transmitir “uma certa experiência”. Não se trata de informação, mas da experiência do que é ser aquele indivíduo. Ele acrescenta que a informação expulsa a experiência. Textos jornalísticos são apenas seleções, versões, referências limitadas a alguns aspectos, e, ainda assim, interessam a tantas pessoas. Porque compartilham experiências e precisamos dessas experiências para serem somadas às nossas. Sem essas experiências, precisaríamos sempre começar de novo, refazer os percursos, pois não teríamos o apoio da sabedoria das experiências compartilhadas. Sabedoria que nos ajuda a tomar decisões e a dar sentido às nossas experiências.

Sobre as mentiras, fabulações e recriações dos entrevistados, podemos afirmar que todos são também, cada um do seu jeito, contadores de histórias. Imersos, assim como os jornalistas, no caldeirão de “estórias” socialmente compartilhadas. E alguns, como Donizete Machado Júnior, com uma necessidade ainda mais urgente de compartilhar socialmente as suas mitobiografias. Luisa Passerini afirma que as “histórias de vida podem ser vistas como construções de mitobiografias singulares, usando opções de recursos diversos, que incluem mitos, combinando o novo e o antigo em expressões únicas” (Passerini, 1993, p. 39). Afinal, da mesma forma que conhecer a vida do outro nos modifica, narrar as próprias experiências de vida pode ser um processo intenso e transformador. Falando sobre a entrevista em ambiente clínico, Edgar Morin (1973) lembra que certas conversas podem ter efeito “purificador” e até de “cura”. Há pesquisadores, entretanto, que identificam o potencial terapêutico em entrevistas que sequer têm esse objetivo e mesmo não sendo conduzidas por profissionais da saúde. É o que defende o oralista José Sebe Meihy. “Alguém que conta a própria história, ao fazer isso, se reidentifica, retraça alguma coisa que a sociedade moderna tem tirado destes contadores. [...] A pessoa que faz esse relato se reencontra com um processo narrativo que tem sido roubado dela” (Meihy, 2009, p. 29).

Donizete Machado Júnior, portanto, nos falou mais de si mesmo do que de Eduardo Campos. Da sua necessidade urgente de ser visto e ouvido, de compartilhar o seu mito do herói. Afinal, o jornalismo, para alguns, é o novo confessionário (Marocco, 2008). E no confessionário também há espaço para a imaginação.

Considerações finais

Para Martin Buber, o dialógico é uma forma de comportamento dos homens uns com outros, uma abertura. Assim, pessoas dialogicamente ligadas precisam, necessariamente, estar voltadas umas para as outras. Entre as maneiras de perceber o outro, Buber distingue três. Duas mais distantes – o observador e o contemplador – e uma terceira que ele nomeia como “tomada de conhecimento íntimo”. Essa última forma

de perceber o outro traduz um encontro mais profundo, quando o outro “diz algo a mim, transmite algo a mim, fala algo que se introduz dentro da minha própria vida” (Buber, 1982, p. 42).

A reflexão de Buber pode nos ajudar a pensar em um outro modo de entender o jornalismo em função da sua inevitável relação com a memória. Entendê-lo como um fórum, um campo de controvérsias, um pântano de “pretensões de verdade impossíveis de verificar, representando cada uma delas uma possível realidade” (Tuchman, 1999, p. 80). O que não é pouco. É muito. Pouco é juntar opiniões e querer encará-las como fatos. Muito é reunir essas “pretensões de verdades contraditórias” e convidar os “leitores para exercitarem a percepção selectiva” (Ibid., p. 80). Ter acesso às controvérsias, a diferentes perspectivas é fundamental para qualquer cidadão. Em tempos de internet e redes sociais, que, felizmente, já roubaram do jornalismo o privilégio sobre a versão dos fatos, é preciso mudar de perspectiva.

Textos jornalísticos podem, intencionalmente ou não, tocar em dimensões que vão muito além da verdade, da objetividade, da transparência e da imparcialidade. A memória é complexa, escorregadia, indefinível, mas, ainda assim, indispensável para a elaboração de quem somos, de como vivemos e do que desejamos. Portanto, é capaz de nos orientar em nossa experiência de estar no mundo e também em nossas tentativas de entender, aceitar e conviver com os outros. Gostem os jornalistas ou não, aceitem os jornalistas ou não, estejam os jornalistas preparados para isso ou não, o jornalismo toca em dimensões que vão muito além da verdade, da ficção e da informação. O jornalismo fala de gente, de suas dores, dramas, alegrias, realizações e sonhos.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória”?** In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27, 2004, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: PUC-RS, 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2004/resumos/R0165-1.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.
- BÉDARIDA, François. **Tempo presente e presença da história**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.(Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 219-229.
- BENJAMIN, Walter. **O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. In: _____. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221.
- BIRD, Elizabeth S.; DARDENNE, Robert W. **Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias**. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 2. ed., 1999. p. 263-277.
- BUBER, Martin. **Diálogo**. In: _____. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 33-75.
- FÁVERO, Leonor Lopes. **A entrevista na fala e na escrita**. In: PRETI, D. (Org.). **Fala e escrita em questão**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2000. p. 79-97.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio (Mobile) versão 2.0**. Curitiba: Editora Positivo, 2010.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- _____. **Ideologia e técnica da notícia**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- MACIEL, Suely. **O estatuto da História Oral e as fronteiras com o Jornalismo: possibilidade metodológica e proposta de um novo fazer**. In: SBPJor - Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 4, 2006, Porto Alegre. Anais eletrônicos. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Disponível em: <http://sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/arquivos/admjrj/coord2_suely_maciel.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2012.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MAROCCO, Beatriz. **Entrevista jornalística, confissão e as neoconfissões na mídia brasileira**. In: SBPJor - VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 6, 2008, São Paulo. Anais eletrônicos. São Paulo: UESP, 2008. Disponível em: <<http://sbpjor.kamotini.ghost.net/sbpjor/admjr/arquivos/coordenada2beatrizmarocco.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2012.

MARQUES, José. **Estivador que afirmou ter visto corpo de Campos diz que “fantasiou”**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 19 ago. 2014. Poder. Disponível em: <<http://folha.com/no1502464>>. Acesso em: 11 set. 2014.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista, o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1995.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Media & Jornalismo. Revista do Centro de Investigação Media e Jornalismo. Coimbra, v. 1, n. 1, p. 9-22, out. 2002.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MORIN, Edgar. **A entrevista nas ciências sociais no rádio e televisão**. In: MOLES, Abraham et al. Linguagem da cultura de massas: televisão e canção. Petrópolis: Editora Vozes, 1973. p. 115-135.

PALACIOS, Marcos. **Convergência e memória: jornalismo, contexto e história**. Matrizes, São Paulo, ano 4, n. 1, p. 37-50, jul./dez. 2010.

PARK, Robert E. **The natural history of the newspaper**. The American Journal of Sociology, Chicago, v. 29, n. 3, p. 273-289, nov. 1923. Disponível em: <<https://archive.org/stream/TheNaturalHistoryOfTheNewspaper#page/n0/mode/2up/search/popular>>. Acesso em: 18 set. 2014.

PASSERINI, Luisa. **Mitobiografia em história oral**. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 29-39, dez. 1993.

ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Orgs.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-101.

SANTOS, Marli dos. **Histórias de vida na grande reportagem: um encontro entre jornalismo e história oral**. Comunicação & Informação, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 21-32, jul./dez. 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

_____. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Covilhã: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação (BOCC), 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

SUNWOLF, J. D. **Era uma vez, para a alma**. Comunicação & Educação, São Paulo, ano 10, n. 3, p. 305-325, set./dez. 2005.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais**. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Orgs.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 65-91.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

TUCHMAN, G. **A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas**. In: TRAQUINA, N. (Org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 2. ed., 1999. p. 74-90.

_____. **Contando “estórias”**. In: TRAQUINA, N. (Org.). Jornalismo: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 2. ed., 1999. p. 258-262.

VILAS BOAS, Sergio. **Biografias & biógrafos**. São Paulo: Summus, 2002.